



580

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público
Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento Nº: 0288.904-3
Agravante: Manoel Edilberto Ferraz
Gercina Neide Norões de Lima Menezes
Gleide Filomena da Luz Barros
Maria de Fátima Marques de Sá
Selma Leal de Souza
Tânia Maria de Souza Nascimento
Advogado: Paulo Toni Rebouças PE 027952
Agravado: Prefeitura Municipal de Floresta
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EFEITO TRANSLATIVO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CONSTATAÇÃO *ICTO OCULI*. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. SUPRESSÃO DE VANTAGEM PATRIMONIAL DOS VENCIMENTOS DOS IMPETRANTES. ATO DE EFEITOS CONCRETOS. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Compulsando os autos, verifica-se da farta documentação acostada aos autos, que os agravantes, de fato, perceberam, ao longo de vários anos, gratificações identificadas por rubricas diversas, as quais teriam sido supostamente extraídas dos seus vencimentos pela Administração Pública sem a correspondente justificativa legal. Da detida análise da exordial da ação mandamental, infere-se, contudo, que o ato administrativo contra o qual se insurgem os impetrantes, segundo eles mesmo afirmam, foi datado de 01 de janeiro de 2009, não obstante eles só tenham impetrado o mandado de segurança em data de 19 de agosto de 2011, após ultrapassado, em muito, o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias.

2. O *mandamus* de origem tem por objeto de insurgência ato de supressão de vantagem patrimonial dos vencimentos dos impetrantes, ora agravantes, restando evidenciado que ele se volta contra ato concreto de efeitos permanentes, o qual, tendo inovado na ordem jurídica em desfavor dos impetrantes como eles alegam, deve ser considerado como marco inicial para a contagem do prazo decadencial, sob pena de acomodação temporal da situação fática, presuntiva do desinteresse na utilização do remédio constitucional, ressalvada, no entanto, a prestação jurisdicional por vias ordinárias.

3. A supressão da gratificação que os agravantes almejam seja restabelecida aos seus vencimentos não configura relação de trato sucessivo, como querem fazer crer a este Juízo, mas ato administrativo de efeitos permanentes, devendo a data em que ele gera seus efeitos concretos ser considerada como marco inicial para a contagem do prazo decadencial de 120 dias previsto para a impetração do *mandamus*, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

4. O fato dos impetrantes/agravantes terem ingressado com requerimentos administrativos (fls. 38; 143; 246; 336/337; 369 e 467) objetivando o restabelecimento das gratificações que, segundo alegam, lhes foi suprimida, não obsta o reconhecimento da decadência, porquanto, também segundo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

entendimento pacificado no STJ e no STF (Súmula nº 430), pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para interposição do mandado de segurança.

5. Considerando que, na hipótese em apreço, estamos diante de matéria de ordem pública, cuja constatação pode ser feita *icto oculi*, que não opera preclusão e deve ser conhecida de ofício, cabível o empréstimo a este recurso do denominado efeito translativo para extinguir a ação originária.

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento Nº 0288.904-3, em que figuram, como Agravante, Manoel Edilberto Ferraz e outros e, como agravado, a Prefeitura Municipal de Floresta, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Integrantes da Terceira Câmara de Direto Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de Outubro de 2013.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



581

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público
Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento Nº: 0288.904-3
Agravante: Manoel Edilberto Ferraz
Gercina Neide Norões de Lima Menezes
Gleide Filomena da Luz Barros
Maria de Fátima Marques de Sá
Selma Leal de Souza
Tânia Maria de Souza Nascimento
Advogado: Paulo Toni Rebouças PE 027952
Agravado: Prefeitura Municipal de Floresta
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO:

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por Manoel Edilberto Ferraz e outros, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria exarada nos autos do Agravo de Instrumento nº 0288.904-3.

Através da decisão questionada (fls. 560/563 dos autos em apenso), emprestou-se efeito translativo ao Agravo de Instrumento, extinguindo o processo originário (Mandado de Segurança nº 0000890-88.2011.8.17.0620) sem julgamento de mérito, com fundamento no artigo 23 da Lei nº 12.016/09.

Alegam possuir direito líquido e certo à irredutibilidade de seus vencimentos.

Asseveram que a obrigação que pretendem ver restaurada através do mandado de segurança originário consiste em prestações periódicas, de trato sucessivo, portanto, diversamente do entendimento esposado por essa Relatoria na decisão ora impugnada.

Pugnam pela retratação da decisão vergastada, para imediato restabelecimento da gratificação discriminada nos contracheques que instruem os autos, até final julgamento do Agravo de Instrumento e, caso assim não proceda essa Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara para que se lhe dê provimento, com o conseqüente seguimento e provimento do Agravo de Instrumento em apenso.

É o que de relevante se tem a relatar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

VOTO:

A decisão agravada foi acostada às fls. 560/563.

Versa a presente lide acerca do restabelecimento do pagamento de gratificação excluída dos vencimentos dos autores por ato do Município de Floresta.

Compulsando os autos, verifica-se da farta documentação acostada aos autos, que os agravantes, de fato, perceberam, ao longo de vários anos, gratificações identificadas por rubricas diversas, as quais teriam sido supostamente extraídas dos seus vencimentos pela Administração Pública sem a correspondente justificativa legal.

Da detida análise da exordial da ação mandamental, infere-se, contudo, que o ato administrativo contra o qual se insurgem os impetrantes, segundo eles mesmo afirmam, foi datado de 01 de janeiro de 2009, não obstante eles só tenham impetrado o mandado de segurança em data de 19 de agosto de 2011, após ultrapassado, em muito, o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias.

Considerando que o *mandamus* de origem tem por objeto de insurgência ato de supressão de vantagem patrimonial dos vencimentos dos impetrantes, ora agravantes, resta evidenciado que ele se volta contra ato concreto de efeitos permanentes, o qual, tendo inovado na ordem jurídica em desfavor dos impetrantes como eles alegam, deve ser considerado como marco inicial para a contagem do prazo decadencial, sob pena de acomodação temporal da situação fática, presuntiva do desinteresse na utilização do remédio constitucional, ressalvada, no entanto, a prestação jurisdicional por vias ordinárias.

Advirta-se que a supressão da gratificação que os agravantes almejam seja restabelecida aos seus não configura relação de trato sucessivo, como querem fazer crer a este Juízo, mas ato administrativo de efeitos permanentes, devendo a data em que ele gera seus efeitos concretos ser considerada como marco inicial para a contagem do prazo decadencial de 120 dias previsto para a impetração do *mandamus*, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. APOSENTADORIA. SUPRESSÃO DE VANTAGEM. ATO ÚNICO DE EFEITO CONCRETO. REVISÃO. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO APÓS 120 (CENTO E VINTE) DIAS. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA.



582

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

1. Na origem, a impetrante, servidora pública estadual inativa, em 23 de maio de 2011 formulou pedido administrativo buscando o retorno de supressão de verbas que integravam seus proventos (verba de representação e adicionais trienais), as quais foram extintas em virtude da edição da Lei Estadual nº 14.507/2004.

2. **A supressão de vantagem de vencimentos ou proventos dos servidores públicos, por força de lei, não configura relação de trato sucessivo, mas ato único de efeitos concretos e permanentes, devendo este ser marco inicial para a contagem do prazo decadencial de 120 dias previsto para a impetração do mandamus.**

3. **Agravo regimental não provido.**

(AgRg no RMS 40.556/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/06/2013, DJe 12/06/2013)]
[grifos nossos]

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. ENQUADRAMENTO FUNCIONAL. ATO DE EFEITO CONCRETO. DECADÊNCIA CONFIGURADA

1. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que o ato administrativo que suprime vantagem pessoal é único e de efeito concreto, iniciando-se o prazo decadencial para a impetração do Mandado de Segurança a partir da ciência do ato impugnado, conforme disposto no art. 23 da Lei 12.016/2009.**

2. A ação que trata de direito ao enquadramento ou reenquadramento não caracteriza relação de trato sucessivo a atrair a incidência da previsão sufragada na Súmula 85/STJ.

3. Hipótese em que o Tribunal a quo registrou que "a impetrante deveria ter ajuizado o presente Mandado de Segurança dentro do prazo decadencial de 120 dias, contados da ciência da referida lei no que concerne às progressões ali previstas (fevereiro de 2010), o que não ocorreu, pois o referido prazo se esgotou em junho de 2010 e ela somente protocolizou o mandamus no dia 06/10/2010, em flagrante intempestividade" (fl. 78, e-STJ).

4. **Agravo Regimental não provido.**

(AgRg no RMS 38.752/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 10/05/2013)
[grifos nossos]

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONSELHEIROS TUTELARES. SUPRESSÃO DE VENCIMENTOS. DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

- 1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o ato administrativo que suprime vantagem pecuniária é ato comissivo, único, de efeitos concretos e permanentes, devendo contar-se, da data em que se tornou público, o prazo decadencial de 120 dias para a impetração do mandado de segurança.** Precedentes: AgRg no REsp 1.000.368/AM, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 17/12/2010; AgRg no Ag 402.695/PA, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS), Sexta Turma, DJe 1/7/2011; AgRg no RMS 24.207/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 8/4/2011.
- 2. No caso concreto, os agravantes foram afastados de seus cargos no dia 27 de abril de 2007 sem a percepção de qualquer valor salarial, e a ação mandamental foi impetrada somente em 07 de abril de 2008, sendo, assim, forçoso reconhecer a decadência do direito à impetração, não havendo falar em relação de trato sucessivo.**
- 3. Agravo regimental não provido.**
(AgRg no AREsp 50.991/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/04/2013, DJe 17/04/2013) [grifos nossos]

Cumpre ressaltar, por seu turno, que o fato dos impetrantes/agravantes terem ingressado com requerimentos administrativos (fls. 38; 143; 246; 336/337; 369 e 467) objetivando o restabelecimento das gratificações que, segundo alegam, foi-lhes suprimida, não obsta o reconhecimento da decadência, porquanto, também segundo entendimento pacificado no STJ e no STF (Súmula nº 430), pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para interposição do mandado de segurança.

É o que se infere dos julgados infratranscritos:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DISPENSA DE FUNÇÃO PÚBLICA. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DO ATO E REINTEGRAÇÃO AO CARGO. DECADÊNCIA CONFIGURADA.

1. O prazo para impetração mandamus é de 120 (cento e vinte) dias, nos termos do art. 23 da Lei 12.016/2009, contados da data em que o ato se torna capaz de produzir lesão ao direito do impetrante.

2. O impetrante "desde o ano de 2002 em que foi exonerado está requerendo os seus direitos na via administrativa" (fl. 05-TJ), o que demonstra sua ciência há muito dos atos nesta via atacados". A impetração do writ se deu em 10.7.2009 (fl. 2), assim, verifica-se a ocorrência do transcurso do prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias entre a data da ciência do impetrante do ato impugnado e a impetração do remédio constitucional.



583

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

3. **O pedido de reconsideração, na esfera administrativa, não tem o condão de suspender ou interromper o prazo decadencial, nos termos da Súmula 430/STF, salvo se dotados de efeito suspensivo, o que não é o caso dos autos.** Precedentes: AgRg no AgRg no RMS 33.147/BA, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 22/11/2012; RMS 31.749/GO, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 13/09/2011; MS 18.521/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 20/11/2012.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RMS 33.630/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/06/2013, DJe 12/06/2013) [grifos nossos]

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. ANISTIA POLÍTICA.

PROMOÇÃO DE MILITAR. MINISTRO DA JUSTIÇA. COMPETÊNCIA PARA O ATO. MINISTRO DA DEFESA E COMANDANTE DO EXÉRCITO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. DECADÊNCIA.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, dado o caráter manifestamente infringente da oposição, em observância ao princípio da fungibilidade recursal.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o Ministro da Justiça detém a competência para apreciar requerimento de promoção militar de anistiado político, formulado com base na Lei nº 10.559/2002, evidenciando-se a ilegitimidade do Ministro da Defesa e do Comandante do Exército para figurar na demanda.

3. A petição inicial foi protocolada 2/1/2007 e o ato impugnado ¶ Portaria nº 3.230/2004, do Ministro da Justiça, que declarou o ex-militar anistiado político, promovendo-o ao posto de Coronel ¶ foi publicado no D.O.U. de 27/10/2004.

4. **Hipótese de decadência do direito de pedir segurança (art. 23 da Lei nº 12.016/2009), sendo certo que incide, na espécie, a Súmula nº 430 do STF: "pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança".**

5. Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no MS 12.530/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 23/11/2012) [grifos nossos]

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. ANULAÇÃO DA PROMOÇÃO. EFEITOS CONCRETOS. DECADÊNCIA DO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

DIREITO À IMPETRAÇÃO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA DO ATO LESIVO. OCORRÊNCIA.

1. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança, impetrado em 10.12.2009, por Silvio José Gama da Silva, que afirma ilegal ato administrativo que anulou sua promoção para o cargo de 3º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar, em razão da conclusão do Curso de Formação de Sargentos (2002), e que manteve sua promoção na mesma graduação pelo critério, entretanto, de tempo de serviço.

2. O prazo para impetração do Mandado de Segurança tem início na data em que o impetrante toma ciência do fato impugnado, nos termos do art. 23 da Lei 12.016/2009.

3. No caso dos autos, o ato que anulou sua promoção para o cargo de 3º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar ocorreu em 17.5.2007, sendo este o prazo inicial para impetrar o mandamus.

4. **O pedido de reconsideração ou recurso administrativo destituído de efeito suspensivo não tem o condão de suspender ou interromper o curso do prazo decadencial, conforme a Súmula 430 do Supremo Tribunal Federal: "Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança".**

5. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que descabe falar em relação de trato sucessivo em hipóteses como a dos autos (anulação do ato de promoção), em que se ataca ato comissivo de efeitos concretos.**

6. **Agravo Regimental não provido.**

(AgRg no AREsp 232.048/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 31/05/2013) [grifos nossos]

Considerando que, na hipótese em apreço, estamos diante de matéria de ordem pública, cuja constatação pode ser feita *icto oculi*, que não opera preclusão e deve ser conhecida de ofício, cabível o empréstimo a este recurso do denominado efeito translativo para extinguir a ação originária.

Pertinente se faz a transcrição das reflexões de Marcio Andre Monteiro Gaia sobre a admissibilidade do efeito translativo aos agravos de instrumento. Leia-se:

"(...) Crê-se que o tribunal não só pode, como deve extinguir o processo sem julgamento do mérito, ao apreciar agravo de instrumento, quando, icto oculi, reconhecer qualquer afronta a essas matérias de ordem pública.

Dessa forma, estar-se-ia coadunando à incidência do efeito translativo ao recurso de agravo, subsumido ao princípio inquisitivo, sem se caracterizar o que se convencionou chamar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

584

01

de "supressão de instância", em face da violação do duplo grau de jurisdição.

É que, justamente de por se tratarem de matérias conhecíveis de ofício, aliado ao fato de não se admitir o princípio do duplo grau de jurisdição como garantia constitucional expressa, portanto, sem intangibilidade absoluta, abre-se espaço para a prevalência de outros princípios infraconstitucionais, dentre os quais o inquisitivo e o de economia processual, possibilitando assim o atendimento à tutela jurisdicional tempestiva.

Não é de se imaginar, repita-se, deixar o processo ser conduzido até a sentença, quando o tribunal, já acionado em sede de agravo de instrumento, poderia, por força do efeito translativo, dar solução efetiva ao processo, ao vislumbrar algum vício de ordem pública. Seria, isto sim, não conferir a devida importância à economia processual. (Gaia, Marcio Andre Monteiro, Reflexões sobre a incidência do chamado "efeito translativo" em sede de agravo de instrumento, Revista Dialética de Direito Processual - Rddp, São Paulo, Oliveira Rocha Comércio e Serviços Ltda., volume 41, ago. 2006, págs. 119/120).

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso.

Recife, 10 de Outubro de 2013.

Dr. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator